



Por André Zara
Foto Célio Coscia

INDO À LUTA

ONGs e governo têm iniciativas para capacitar e ajudar na conquista de emprego

Os representantes de seis cidades brasileiras assinaram no dia 1º de julho, em Brasília, um compromisso para melhorar a acessibilidade de seus municípios, dando mais um passo importante rumo à inclusão social. Uma das iniciativas do “Cidade Acessível é Direitos Humanos”, promovido pela Secretaria de Direitos Humanos, será promover um melhor acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho. Campinas, Fortaleza,

Goiânia, Joinville, Rio de Janeiro e Uberlândia já possuem políticas de inclusão, mas devem ganhar um importante aliado em novembro deste ano, quando for colocado em operação um banco público e gratuito de currículos só para candidatos com mobilidade reduzida.

A intenção é que empresas, de todos os tamanhos, busquem profissionais por meio do sistema - que ainda é experimental - e ajudem a diminuir um índice preocupante. Segundo estudo de 2006 da Federação Brasileira de

Bancos (Febraban), intitulado “População com Deficiência no Brasil – Fatos e Percepções”, mais de 50% dos 25 milhões de brasileiros com deficiência estão fora do mercado de trabalho. Uma situação marginalizada que esconde não só o preconceito, mas também a falta de acesso à educação e a carência de preparo para esta parcela da população.

Assunto antigo

A luta para promover o direito ao trabalho é antiga e tem nas organi-

zações não governamentais (ONGs) suas maiores incentivadoras. Mesmo antes do tema surgir nos debates públicos, instituições, como o Instituto Pró-Cidadania, trabalham desde o início da década de 90 para dar uma perspectiva e mostrar que as pessoas com deficiência podem ser produtivas. Açucena Bonanato, presidente da organização, conta que quando começou seu trabalho, a situação era de puro tabu. “Ninguém queria falar sobre isso. Ainda não havia a Lei das Cotas e as pessoas não acreditavam que alguém com deficiência poderia trabalhar”, relembra.

A Lei nº 8.213/91 começou a mudar esse panorama e estabeleceu cotas para pessoas com deficiência em empresas com mais de 100 funcionários. Ela é proporcional ao tamanho do empreendimento, mas pode chegar a 5% do total de empregados. No entanto, a lei só entrou em vigor - de fato - no ano 2000. Só então as empresas começaram a se adequar às novas regras, que preveem multa de R\$ 1.156,83 - multiplicada pelo número de vagas não preenchidas - para quem não cumprir as cotas.

As empresas então contrataram os profissionais mais qualificados, porém logo deixaram de preencher muitas vagas pela falta de qualificação dos candidatos. Uma das explicações pode ser encontrada nos dados do censo realizado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2005. Enquanto no ensino fundamental estudavam 419 mil alunos com deficiência, somente 11 mil estavam matriculados no ensino médio. Nas universidades, o número de estudantes com deficiência era menos de 500 naquele ano. Conforme o es-

tudo da Febraban, existe uma relação direta entre as barreiras enfrentadas pelas crianças com deficiência e o índice de evasão escolar.

Menos preparadas, as pessoas com deficiência encontram ainda mais impedimentos para competir pelos empregos. Mesmo assim existem casos que provam que a melhor forma de superar o problema é investir na capacitação. Para a gerente de Seleção e Diversidade do banco Itaú, Indiara Danelli, esse é um dos maiores problemas na hora da contratação. “Existe uma lacuna considerável na formação e preparação das pessoas com deficiência, tanto que em 2009 realizamos um treinamento de formação bancária com 500 pessoas só para atender a nossa demanda”, revela.

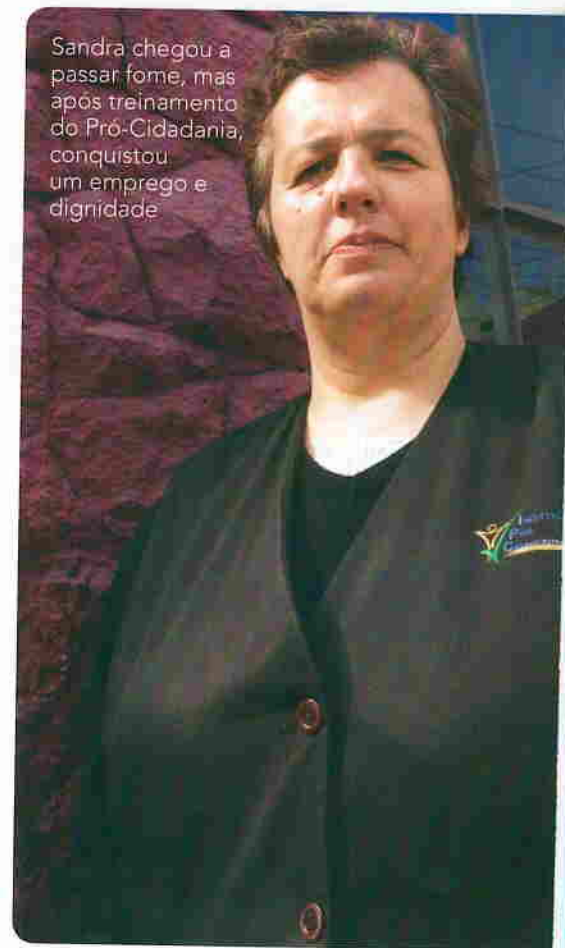
Tomando iniciativa

Para suprir a lacuna na preparação dos trabalhadores com deficiência, as ONGs largaram na frente. O Instituto Pró-Cidadania, por exemplo, já capacitou mais de 58 mil pessoas desde a década de 90, em diversos cursos voltados ao mercado de trabalho. De acordo com os dados da organização, cerca de 20 mil pessoas que passaram pelos cursos conseguiram emprego. Outro trabalho importante de inclusão foram os treinamentos realizados com 141 mil funcionários, chefes e profissionais de recursos humanos, para educá-los sobre como conviver com os empregados com deficiência. “Sensibilizamos os colaboradores para que aprendam a lidar com os colegas com deficiência e percebam que esses colegas podem ocupar qualquer cargo em uma empre-

sa”, declara a presidente do Instituto Pró-Cidadania.

Sandra Carvalho Boschilia, de 51 anos, passou pelo treinamento e conseguiu um emprego. Vítima da poliomielite, que causa dificuldade na sua locomoção, ela teve que enfrentar um mercado hostil. “Fiquei viúva, com um filho pequeno para cuidar, e logo depois perdi meus pais. Sem alternativa, tive que procurar um emprego. Bati em muitas portas, mas ninguém quis me contratar”, conta. A situação ficou tão grave, que ela acabou passando fome e teve que recolher latinhas nas ruas para sustentar o filho. O momento parecia sombrio até ela fazer a capacitação gratuita no Instituto,

Sandra chegou a passar fome, mas após treinamento do Pró-Cidadania, conquistou um emprego e dignidade





Em 2009, o centro de capacitação da ADD atendeu 320 pessoas

onde absorveu conceitos de informática e comportamento corporativo. “Além dos treinamentos, a troca de experiências me fez perceber que não sou a única a passar por dificuldades”, ressalta. Hoje, Sandra trabalha no telemarketing do próprio Instituto e cursa o quarto ano da faculdade de Direito. “As pessoas com deficiência têm como identidade a superação. Fácil não é, mas somos pessoas que conquistamos”, completa. Outra ONG que realiza trabalho semelhante de capacitação é a Associação Desportiva para Deficientes (ADD). A organização tem como foco as atividades esportivas na inclusão, mas desde 2002 realiza treinamentos gratuitos de habilitação em várias áreas. “Nos cursos de capacitação profissional, inclusão digital, práticas administrativas e geração de renda, o aluno aprenderá a utilizar as ferramentas de qualquer profissional hoje em dia”, diz Eliane Miada, diretora-executiva da ADD. Segundo Eliane, só no ano passado, 320 pessoas passaram pelas oficinas e cerca de 200 conseguiram um emprego. “Além do treinamento, temos parcerias com empresas para que esses alunos com deficiência sejam contratados”, explica Eliane. A organização realiza as ações com todas as idades e deficiências e mesmo quem não possui mobilidade reduzida tem uma oportunidade. Esmeralda Moraes Ramos, 31, nasceu com lábios leporinos e, por is-

so, sempre encontrou dificuldades na hora de conseguir um emprego. Após ficar desempregada, descobriu a ADD e passou pelo curso de práticas administrativas por três meses. Para se preparar melhor, os profissionais da organização recomendaram que Esmeralda fizesse um estágio interno na ONG para que pudesse adquirir confiança. “Fazia um pouco de tu-

do, mas o importante foi que aprendi muito, principalmente em como lidar com o público”, relata. Depois da experiência, conseguiu uma posição de trainee na área administrativa do hospital Samaritano de São Paulo. “Hoje, sou mais confiante e tenho convicção das minhas qualidades. Também pretendo realizar um sonho e me tornar enfermeira”, conclui. □

Serviços

Associação Desportiva para Deficientes

Site: www.add.org.br

Banco Itaú está contratando para se adequar à Lei de Cotas

Site: www.itaubr.com.br (clique em “Trabalhe no Itaú” e cadastre seu currículo)

Informações e estatísticas sobre emprego e trabalho de pessoas com deficiência do Ministério do Trabalho e Emprego

Site: www.mte.gov.br/fisca_trab/inclusao/default.asp

Instituto Pró-Cidadania

Site: www.institutoprocidadania.org.br

Subsecretaria Nacional de Promoção de Direitos da Pessoa Com Deficiência (responsável pelo “Cidade Acessível é Direitos Humanos”)

Site: <http://portal.mj.gov.br/corde>